



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

DROGAS E MARGINALIZAÇÃO ESCOLAR

Débora Neri dos Santos
(UESB)*

Luci Mara Bertoni**
(UESB)

Silvia Regina Marques Jardim***
(UESB)

RESUMO

Neste trabalho apresentamos o estudo sobre o processo de marginalização escolar e sua possível relação com o uso de drogas, dado ao fato que essas substâncias têm ultrapassado os muros das instituições escolares, tendo como público alvo os adolescentes. Caracterizando a escola como uma instituição multifacetada e o processo de marginalização como recorrente em todo o âmbito social, buscamos compreender como este pode vir a ocorrer nesse espaço, dado ao fato da adolescência ser um período de muitas mudanças e conflitos, podendo gerar processos de estigmatização para com discentes que, em virtude de um pré-julgamento baseado em estereótipos, podem vir a passar por processos por vezes marginalizatórios, gerando situações em que o discente pode se sentir deixado de lado ou discriminado perante seus colegas dentro da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Drogas. Marginalização.

*Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, bolsista de IC/FAPESB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Drogas e Álcool-GEPAD. *E-mail:* debora_nere@hotmail.com

** Professora Titular do DFCH/UESB. Doutora em Educação Escolar e Coordenadora do GEPAD. *E-mail:* profaluci.mara@hotmail.com

*** Professora Adjunta do DFCH/UESB. Doutora em Educação Escolar e Colaboradora do GEPAD. *E-mail:* silvia.jardim@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

INTRODUÇÃO

A educação é um processo amplo que ocorre nos mais variados espaços e de diversas maneiras.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDAO, 2007, p. 7).

Assim, a educação vem sendo difundida desde as primeiras comunidades tribais nas quais as crianças e adolescentes se educavam pela observação dos mais velhos. Com o passar do tempo, a educação foi sendo adaptada às necessidades da sociedade a qual está ligada, visando transmitir e manter as ideologias que lhes dão sustentabilidade. Surge então a escola, responsável pelo processo de escolarização formal, que *a priori* já apresentava um caráter seletivo com a função principal de transmissão ideológica. Assim,

a educação da comunidade de iguais que reproduzia em um momento anterior a igualdade, ou a complementaridade social, por sobre diferenças naturais, começa a reproduzir desigualdades sociais por sobre igualdades naturais, começa desde quando aos poucos usa a escola, os sistemas pedagógicos e as “leis do ensino” para servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos [...]. (BRANDAO, 2007, p. 34).

Com as modificações ocorridas na sociedade, a escola passa a ser uma prioridade do poder público e a educação um direito de todos ganhando grande importância no meio social, como preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 205).

Ao se democratizar o acesso à escola, uma questão muito importante foi relegada, que é a inserção de novos atores de camadas populares em um ambiente que historicamente não foi pensado para eles. Com a preponderância da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

reprodução de uma cultura dominante, a escola acaba marginalizando alguns de seus principais membros pelo fato de não estarem inseridos nessa cultura dominante, assumindo um caráter seletivo.

Diante de tal fato nos deparamos com o conceito de marginalização datado da década de 1960. Autoras como Perlmam (1997) e Escorel (1999) têm apresentado estudos acerca desse tema compreendendo-o como um fenômeno que ocorre em todo o âmbito social e que tem designado a oposição centro/periferia, bem como o mesmo tem sido usado para denominar “vários outros grupos que às vezes se confundem parcialmente, e que incluem *pobres* em geral, *desempregados*, *migrantes*, membros de outras *subculturas*, *minorias* raciais e étnicas, e *transviados* de qualquer espécie” (PERLMAM 1997, p.125-26). Como esse processo pode ocorrer em todas as esferas da sociedade, a escola tem se tornado um espaço cada vez mais fértil para a ocorrência de situações marginalizatórias, pois,

nesse contexto, a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização [...] a educação [...] se converte num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente escolar. (SAVIANI, 1997, p. 16-17.).

É neste espaço que podemos encontrar discentes suspeitos e/ou usuários de drogas, pois, diante de tal afirmação ou suspeita esses podem ser inferiorizados, sendo enxergados como incapazes de corresponder satisfatoriamente aos resultados que o processo de escolarização formal deseja, bem como inadequados à dita “normalidade” vigente em nossa sociedade e, mais especificamente, nas escolas, o que pode vir a marginalizar aqueles indivíduos considerados “anormais” por não se enquadrarem nos pressupostos da normalidade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A palavra marginalização, de acordo como dicionário de Língua Portuguesa pode ser definida como “ato ou efeito de marginalizar (se)”, e o indivíduo “Marginalizado” é aquele colocado à margem de um sistema social(LAROUSSE, 1992).

Segundo Escorel (1999, p.39), marginalidade designa a oposição centro/periferia, ocasionando uma posição integrante de uma estrutura social. Em suas palavras:

Em todas as abordagens sobre o fenômeno da marginalidade o aspecto relacional e relativo centro/periferia é mantido, variando-se o que é considerado como central: valores, comportamentos, atitudes, localização espacial, posição no sistema produtivo.

Nesse sentido, Escorel (1999, p. 39-40) nos apresenta ao estudo de Robert Park, partindo do conceito de “estrangeiro” desenvolvido por George Simmel no qual, “Park introduziu o conceito de ‘homem marginal’ como um híbrido ‘cultural’, um indivíduo à margem de duas culturas e duas sociedades, parcialmente dentro e parcialmente fora”.

Dessa maneira, “marginalidade acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, em uma forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial” (KOWARICK, 1985 apud. ESCOREL, 1999, p. 41).

Um dos benefícios, ao qual todo cidadão tem direito nessa sociedade urbano-industrial é a educação, atualmente institucionalizada e como tal se torna um organismo vivo e dinâmico, pois faz parte de um contexto socioeconômico-cultural marcado por pluralidades e controvérsias que acabam se manifestando no espaço escolar (LUCK, 2000). Assim, uma das manifestações sociais que a cada dia mais tem adentrado os muros das escolas está relacionada ao uso e abuso de substâncias psicoativas. As drogas, que estão presentes na cultura desde a antiguidade – muitas vezes com fins mágicos, religiosos, afrodisíacos, medicinais



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

etc. –, com o processo de evolução das sociedades, também sofreram um processo de sofisticação. De acordo com Lapate (2001, p. 27):

O termo “droga” tem origem na palavra “droog” – do holandês antigo – significando “folha seca”; isto porque antigamente todos os medicamentos eram feitos à base de vegetais [...] Em linguagem científica-medica, droga é uma designação genérica de toda substância usada, capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em modificações psicológicas ou de comportamento.

As drogas psicoativas ou psicotrópicas atuam sobre o sistema nervoso provocando alterações no comportamento psicológico e em algumas funções biológicas do indivíduo, a maioria possuindo substâncias químicas de origem vegetal ou sintética (LORENCINI JR, 1998).

De acordo com seus efeitos sobre o sistema nervoso se dividem em três grupos: depressoras, estimulantes, alucinógenas ou perturbadoras. Seus efeitos variam de acordo com os aspectos ambientais, biológicos e psicológicos de cada usuário, bem como, das características químicas da droga. É importante ressaltar que todo ser humano apresenta suscetibilidade à dependência química, pois, “possui a estrutura emocional necessária para, dadas as condições favoráveis, desenvolver um vício ou uma dependência” (ARATANGY, 1988). Entretanto, existem diferenças entre as relações que as pessoas estabelecem com as drogas, caracterizando-as entre usuários, dependentes ou traficantes.

Em se tratando do usuário, Lapate (2001, p. 30) aponta quatro tipos destacados pela UNESCO:

- Experimentador: experimenta uma ou varias drogas, por curiosidade, desejo de novas experiências, pressões do grupo e da publicidade (mídia). Na grande maioria dos casos, o contato com a droga não passa das primeiras experiências.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- Usuário ocasional: utiliza uma ou varias drogas de vez em quando, se o ambiente for favorável e a droga disponível, sem rupturas, afetiva, social ou profissional.
- Uso habitual ou “funcional”: faz uso frequente, já apresenta sinais de ruptura afetiva, social ou profissional em suas relações. Corre risco de dependência.
- Usuário dependente ou “disfuncional”: vive pela droga e para a droga. Rompe seus vínculos sociais e afetivos em isolamento, marginalização, dependência física e moral. Não consegue parar quando quer.
- Poliusuário: pessoa que utiliza combinação de várias drogas simultaneamente, ou dentro de um curto período de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga.

A Lei nº 11.343/2006, popularmente conhecida como “nova lei de drogas”, nos traz a diferenciação de acordo com os termos legais do usuário/dependente e do traficante, segundo disposto no artigo 28 é considerado usuário aquele que: “Adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” (BRASIL, 2006).

Com relação à identificação do usuário, pela redação do § 2º do mesmo artigo, cabe ao juiz verificar se a droga encontrada em seu poder se destinava a uso pessoal ou não. Para tanto, deverá analisar a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente (MACHADO, 2010, p. 1101).

O tráfico de drogas está previsto no artigo 33, sendo caracterizado pelas seguintes condutas:

[...] importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

[...] quem importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas; semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas; utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas (MACHADO, 2010, p. 1,101).

Ou seja, o indivíduo que pratica as atitudes explicitadas acima, entre outras explicitadas nos artigos 34 a 37 são caracterizados como traficantes. É importante destacar que estão mais suscetíveis ao tráfico, as drogas ilícitas, dado ao fato de seu comércio não ser legalizado, o que ocorre em menor escala com as drogas lícitas como o álcool e o tabaco, visto que seu comércio não é proibido.

Por essa maior suscetibilidade, entre outros motivos, tem se discutido amplamente a legalização das drogas em nosso país, haja visto que o atual modelo proibicionista não tem sido eficaz, uma vez que a “produção é atuante, o consumo não foi controlado, as drogas estão mais potentes e as penitenciárias cheias de pequenos traficantes de drogas. O mercado ilícito é altamente lucrativo e o tráfico movimenta bilhões de dólares em todo mundo” (SILVA; BERTONI, 2011, p. 5).

Contudo, a legalização das drogas não garante que acabaram os problemas, já que

o número de usuários poderia aumentar consideravelmente e os problemas com as drogas poderiam ser bem maiores, como é o caso do álcool e do tabaco. Além do mais, os impostos arrecadados com a venda de bebidas alcoólicas e do tabaco não são usados



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

devidamente para o tratamento dos usuários dessas substâncias. Ou seja, os poderes públicos responsáveis por receberem os impostos referentes às drogas lícitas, deveriam aplicar esses recursos em clínicas de recuperação, em políticas de prevenção às drogas, porque a melhor eficácia contra o uso abusivo de psicoativos é a prevenção. Esse trabalho é importante pois o processo de recuperação de um usuário de drogas é muito complexo, por envolver vários fatores, tanto sociais e econômicos como familiares e pessoais. (SILVA; BERTONI, 2011, p.9).

Sendo assim, como afirmam Silva e Bertoni (2011, p. 9) “discutir a questão da legalização e da proibição é de certo modo escolher qual caminho é menos pior”.

A discussão acima mencionada deve perpassar por uma reflexão criteriosa sobre os caminhos que devem ser percorridos para se lidar com o tratamento da dependência, cujo conceito apresentado por Lapate (2001, p. 28) é:

impulso que leva a pessoa a usar uma droga de forma contínua (sempre) ou periódica (frequentemente) para obter prazer [...] para aliviar tensões, ansiedades, medos, sensações físicas desagradáveis etc. O dependente caracteriza-se por não conseguir controlar o consumo de drogas, agindo de forma impulsiva e repetitiva.

Essa situação de dependência ocorre basicamente pelo fato do uso constante da droga ocasionar “alteração da estrutura química das células do sistema nervoso, devido a introdução persistente de substâncias estranhas nessas células” (BREUER apud NADVORNY, 2006, p. 29). O uso abusivo dessas substâncias acaba se tornando imprescindível para sobrevivência, uma necessidade vital como a alimentação, por exemplo.

Podemos de acordo com Lapate (2001, 29), considerar uma pessoa dependente, se esta apresentar pelo menos três dos seguintes sintomas nos últimos 12 meses:

- Um forte desejo ou compulsão de consumir a droga;



- Consciência subjetiva de um prejuízo na capacidade de controlar o comportamento de tomar a droga, em termos de seu início, término ou níveis de consumo;
- O uso de substâncias psicoativas com a intenção de atenuar sintomas de abstinência e plena consciência de efetividade desta estratégia ou prática;
- Estado fisiológico de abstinência;
- Evidência de tolerância, pois doses crescentes da substância são requeridas para alcançar os efeitos originalmente obtidos anteriormente com doses menores;
- Um estreitamento nas atitudes pessoais no que diz respeito ao consumo de drogas (por exemplo, passar a consumir a droga em ambientes não propícios, inadequados, sem nenhum motivo especial, a qualquer hora);
- Negligência progressiva de prazeres e outros interesses a favor do uso de drogas;
- A persistência no uso da droga, a despeito de clara evidência das manifestações danosas desse uso;
- A evidência de que o retorno ao uso da substância, depois de um período de abstinência, leva a uma rápida reinstalação do quadro anterior;

Entretanto, saindo das dimensões legais, estes indivíduos que fazem o uso, abuso ou comercializam essas substâncias carregam uma imagem perante a sociedade, principalmente pela ampla divulgação midiática.

Esse estereótipo passado em relação à figura dos mesmos já apresenta, em sua gênese, um caráter marginalizatório. Essa forma de categorização dos indivíduos através de estereótipos que muitas vezes fogem à normalidade é denominada de estigma.

O conceito de estigma surge na Grécia, referendando “a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o



status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p. 11). Ao longo dos séculos o conceito sofreu modificações e adaptações.

Segundo Goffman (1988, p. 11-12),

a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. [...], quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”.

Baseando-nos nessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...], deixando de considera-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma.

Sendo assim, “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (GOFFMAN, 1988, p. 149).

Assim, a figura do usuário é estigmatizada principalmente entre os adolescentes, que por estarem passando por um período de transição onde ocorrem mudanças como: transformações no corpo; exigência de uma identidade sexual; pensar mais concretamente no futuro; fascinação por líderes ou ídolos próprios; busca do outro; pouca receptividade a conselhos. Essa fase é complexa e marcada por muitos conflitos nos quais,

muitos jovens recusam os esquemas convencionais de vida e afirmam, às vezes com violência, a vontade de serem diferentes. Não é incomum que os adultos sejam levados a considerar, como marginal ou toxicômano, todo jovem que se identifica com os movimentos de contra-cultura. Se é cabeludo, se usa tatuagem ou



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

brincos, se gosta de ouvir música alta, se gosta de se isolar no quarto, se dorme muito ou usa óculos escuros é porque está se drogando. (CAVALCANTE, 1997, p. 44).

Ocorre o processo de estigmatização, no qual por não se adequar à “normalidade”, alguns adolescentes são considerados como usuários ou dependentes químicos. Um ambiente propício para ocorrência desse processo é a escola na qual os grupos são bem delimitados por suas características.

Estar “com” alguém é chegar em alguma ocasião social em sua companhia, caminhar com ele na rua, fazer parte de sua mesa em um restaurante, e assim por diante. A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são. (GOFFMAN, 1988, p. 57-58).

Entretanto, como as fronteiras do tráfico têm cada vez mais ultrapassado os muros da escola, nela encontram-se também discentes que realmente são usuários ou dependentes químicos. “Os levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de álcool e outras drogas entre os jovens no mundo e no Brasil mostram que é na passagem da infância para a adolescência que se inicia esse uso”. (MARQUES; CRUZ, 2000, p. 32).

Nesse período as drogas lícitas mais utilizadas são o álcool e o tabaco e as ilícitas são os inalantes, a maconha e o *crack*.

Sabemos que o uso dessas substâncias traz grandes prejuízos e entre os adolescentes esses podem ser ainda maiores em função da vulnerabilidade característica desse período. Compreendemos assim que o processo de marginalização que se faz presente em todo o âmbito social pode vir a emergir em situações dentro do espaço escolar com discentes e/ou suspeitos de utilizarem drogas.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CONCLUSÕES

Diante das exposições realizadas acerca das instituições escolares, seu caráter marginalizatório e a possível afirmação desse processo com discentes suspeitos e/ou usuários de drogas fica evidenciado que o processo de marginalização presente em toda a sociedade está instituído também dentro das escolas das mais diversas formas. Em se tratando da sua relação com o uso e abuso de drogas esse processo pode acarretar situações muito complexas, pois esses indivíduos marginalizados podem apresentar um abalo psicológico muito grande em função do momento peculiar pelo qual estão passando, a adolescência, e também pelos efeitos dessas substâncias em seus organismos que podem ser os mais diversos possíveis.

Devemos compreender que as atitudes de professores e dos próprios colegas perante discentes suspeitos e/ou usuários de substâncias psicoativas, são fruto das imposições sociais, que ditam as identidades sociais tidas como “normais” e “anormais”, que acabam ocasionando processos de estigmatização que conseqüentemente levam à marginalização que pode vir a ser um forte aliado para o processo de evasão escolar.

Entretanto, não queremos assim justificar tais atitudes, mas enfatizar que as instituições escolares como organismos que recebem estudantes com os mais diversos capitais culturais deveriam estar preparadas para lidar com esses discentes de forma a não deixá-los à margem durante o processo de escolarização, visto que estes são sujeitos de direito garantidos constitucionalmente e reforçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), nesse sentido, essas disparidades acabam por afirmar as dicotomias existentes nesse espaço.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- ARATANGY, Lídia Rosemberg. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- _____. **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad**. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CAVALCANTE, Antonio Mourão. **Drogas: esse barato sai caro: os caminhos da prevenção**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- SAVIANI, DEMERVAL. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas. SP: Autores Associados 1997.
- LAPATE, Vagner. **Hora Zero: a independência das drogas: antes que os problemas chegam**. São Paulo. Scortecci, 2001.
- LORENCINI JUNIOR, Á. Enfoque contextual das drogas: aspectos biológicos, culturais e educacionais. In: AQUINO, J. G. (org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.
- LUCK, Heloisa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./junh. 2000.
- MACHADO, Nara Borgo Cypriano. **Usuário ou Traficante? A Seletividade Penal na Nova Lei de Drogas**. Publicado nos Anais do XIX Encontro nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza – CE. 2010.
- MARQUES, Ana Cecília Petta; CRUZ, Marcelo S. **O adolescente e o uso de drogas**. Revista Bras Psiquiatr 2000.
- NADVORNY, Boris. **Freud e as dependências: drogas, jogo, obesidade**. Porto Alegre, RS. AGE, 2006.
- PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 197
- SILVA, Antônio Xavier da; BERTONI, Luci Mara. **Os debates atuais sobre a legalização das drogas**. Publicado nos Anais do IX Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2011, Vitória da Conquista - BA. IX Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico: Desafios epistemológicos das Ciências na atualidade, realizado em Vitória da Conquista – BA 2011.